G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

A Agenda Futura do Reino Unido e as Articulações Diplomáticas da África do Sul no G20

La agenda futura del Reino Unido y las iniciativas diplomáticas de Sudáfrica en el G-20

The UK's Future Agenda and South Africa's Diplomatic Efforts at the G20

Resumo: O presente informe dedica-se à análise de dois temas centrais que marcaram a quinzena no G20. O primeiro eixo examina os recentes desdobramentos da política do Reino Unido e seus impactos diretos no planejamento e na definição das prioridades da próxima gestão do bloco. Em seguida, o segundo eixo aborda a estratégia diplomática da África do Sul para contornar o boicote imposto pelos Estados Unidos, destacando a articulação com a Alemanha para assegurar a sustentação e a projeção do país no fórum.

Palavras-chave: G20; EUA.

***Resumen**: El informe se centra en el análisis de dos temas centrales que han marcado la quincena del G-20. El primer eje examina los acontecimientos recientes en la política del Reino Unido y sus repercusiones directas en la planificación y la definición de las prioridades de la próxima gestión del bloque. A continuación, el segundo eje aborda la estrategia diplomática de Sudáfrica para sortear el boicot impuesto por Estados Unidos, destacando la colaboración con Alemania para garantizar el apoyo y la proyección del país en el foro.*

***Palabras clave:** G20; USA.*

***Abstract:** The report analyzes two central themes that shaped the G20's fortnight. The first section examines recent developments in U.K. policy and their direct impacts on the planning and prioritization of the bloc's next administration. Next, the second section addresses South Africa's diplomatic strategy to circumvent the boycott imposed by the United States, highlighting its coordination with Germany to ensure the country's support and influence within the forum.*

***Keywords:** G20; USA.*

A nomeação de Ed Miliband como secretário de Relações Exteriores do Reino Unido trouxe desdobramentos diretos para o horizonte do G20, oferecendo indicações mais claras sobre como o governo britânico pretende organizar e conduzir as prioridades de sua futura

presidência. Ao assumir o posto, Miliband estruturou uma agenda externa focada no redesenho das relações com a União Europeia, no enfrentamento da crise climática e no resgate do protagonismo do país no âmbito multilateral.

Nesse contexto, a atuação no bloco configura-se como um dos eixos mais estratégicos e ambiciosos da gestão de Miliband, impulsionada pela meta de revitalizar a influência global do grupo. Essa disposição apoia-se no diagnóstico da diplomacia britânica de que o G20 teria perdido espaço progressivamente desde a crise financeira de 2008, período em que o governo do Reino Unido, então liderado por Gordon Brown, desempenhou um papel central na coordenação econômica internacional. Para embasar esse esforço de recuperação institucional, Miliband busca recrutar quadros de destaque daquela mesma época, prevendo a manutenção do próprio Gordon Brown na função de enviado especial para finanças globais e cooperação, bem como a incorporação de Lord Wood, antigo assessor de política externa do governo Brown.

Como etapa preparatória direta para essa agenda, o governo britânico planeja utilizar a Cúpula sobre Finanças Ilícitas, prevista para dezembro, e sua futura presidência do fórum como plataformas para capitanear o debate em favor da transparência de ativos no exterior e da tributação sobre grandes fortunas. Essa pauta recupera a proposta de um imposto global sobre os mais ricos, formulada durante a presidência brasileira do G20 em 2024 com base no estudo do economista Gabriel Zucman. O levantamento lançou luz sobre uma profunda distorção fiscal ao demonstrar que bilionários recolhem uma taxa média de imposto de apenas 0,3% sobre suas fortunas, uma alíquota proporcionalmente inferior à cobrada de trabalhadores comuns. Essa assimetria favoreceu um processo acelerado de concentração patrimonial entre 1987 e 2024, período em que a riqueza média do estrato dos super-ricos expandiu-se à taxa de 7,1% ao ano, fazendo com que a parcela da riqueza mundial controlada por bilionários saltasse de 3% para 14%. Todavia, a projeção desse posicionamento externo expõe uma marcante contradição com a realidade das jurisdições britânicas, visto que o histórico de sigilo mantido nos territórios ultramarinos sob controle de Londres constitui um obstáculo central à credibilidade internacional do Reino Unido, enfraquecendo sua autoridade moral para liderar o combate global à corrupção.

Simultaneamente, o governo britânico lida com severos cortes no seu orçamento de ajuda humanitária, que deve ser reduzido para 0,3% do PIB a fim de custear medidas de impacto doméstico, como o teto das tarifas de ônibus implementado pela gestão de Andrew Burnham, atual primeiro-ministro do país. Diante desse constrangimento financeiro, a ministra de desenvolvimento internacional e antiga diretora da organização Save the Children, Kirsty McNeill, pretende utilizar o espaço do G20 de forma criativa para construir alianças internacionais orientadas ao combate a dívidas injustas e ao estancamento de fluxos financeiros ilegais. Esse esforço de articulação, no entanto, deve transcorrer em um ambiente marcado por intensas fricções geopolíticas, no qual a coesão do G20 se encontra ameaçada por profundas divisões em torno da guerra na Ucrânia e pelo esvaziamento da presença física dos líderes globais. Além disso, a conjuntura internacional exigirá uma rigorosa coordenação econômica e política no próximo ciclo para responder aos desdobramentos financeiros decorrentes da guerra no Irã.

Essas diretrizes para o G20 também se inserem em um quadro mais amplo de desafios na política externa britânica. No tocante à União Europeia, Miliband e os membros de seu gabinete trabalham na concepção de uma parceria de longo prazo, projetada para os próximos dez a quinze anos. Embora esse desenho permaneça condicionado às exigências do Partido

Trabalhista, que vedam o reingresso do país ao mercado comum europeu, o governo busca uma aproximação pragmática em áreas estratégicas, como a defesa e a economia. Já na relação com os Estados Unidos, para especialistas, o principal obstáculo para Miliband será sustentar sua credibilidade no campo progressista enquanto mantém uma interlocução próxima com a administração de Donald Trump, cooperação considerada vital para assegurar a continuidade do apoio diplomático e militar à Ucrânia. Além disso, a gestão enfrenta expressiva pressão interna, exercida por parlamentares do Partido Trabalhista, pela adoção de sanções mais amplas contra Israel e pelo reconhecimento das investigações da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre indícios de genocídio em Gaza. Em resposta, o governo Burnham vem mantendo uma posição de cautela, alegando que tais deliberações cabem exclusivamente aos tribunais internacionais, ao mesmo tempo em que integrantes do corpo diplomático questionam a exequibilidade prática de medidas como o banimento do comércio de bens procedentes de assentamentos israelenses ilegais.

Por fim, o cenário geopolítico e institucional do G20 foi igualmente marcado por uma nova confirmação pública, agora feita pelo presidente do Banco Central da África do Sul, Lesetja Kganyago, de que os Estados Unidos, no exercício da atual presidência do bloco, suspenderam o engajamento formal com o país africano nas atividades do fórum. Segundo o representante, essa ausência deliberada de convites para os encontros previstos para este ano configura uma ruptura direta com o protocolo e a prática tradicional do grupo, impondo um obstáculo prático significativo ao impedir que Pretória acompanhe a evolução dos compromissos pactuados no ciclo anterior, especialmente na trilha financeira. Como mencionado em informes anteriores, as raízes desse isolamento residem na postura abertamente hostil adotada pelo presidente Donald Trump em relação à África do Sul, traduzida na imposição de tarifas comerciais unilaterais e na difusão de alegações infundadas sobre um suposto “genocídio branco” no país, uma narrativa que distorce preocupações legítimas acerca da violência e dos assassinatos em áreas rurais. A gravidade dessa ruptura diplomática torna-se ainda mais emblemática por ocorrer imediatamente após a África do Sul ter conduzido, em 2025, uma gestão histórica à frente do G20, que representou a primeira presidência assumida por uma nação do continente africano na história do fórum.

Para conter os efeitos desse boicote promovido por Washington e evitar o isolamento no debate global, a diplomacia sul-africana tem se articulado para construir contrapesos no continente europeu. Em reunião bilateral realizada em Pretória, o ministro das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, Ronald Lamola, e o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Johann Wadephul, selaram um acordo no qual o governo alemão assumiu o compromisso formal de atuar como porta-voz e defensor dos interesses e posicionamentos sul-africanos no G20 enquanto perdurar o bloqueio norte-americano. Em paralelo a essa salvaguarda promovida por Berlim, Pretória já definiu que seu planejamento estratégico de longo prazo no grupo estará direcionado à presidência do Reino Unido em 2027, ocasião em que projeta retomar sua participação plena e ativa nas deliberações do bloco, mantendo, no intervalo, o fortalecimento de sua presença em outros fóruns internacionais.

Referências

THE GUARDIAN. EU relations, climate crisis, Gaza: Ed Miliband’s Foreign Office challenges. The Guardian, Politics, 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/politics/2026/aug/01/eu-relations-climate-crisis-gaza-ed-miliband-foreign-office-challenges. Acesso em: 3 ago. 2026.

TIMESLIVE. SA will work through US G20 snub, says Kganyago. TimesLIVE, Business, 2026. Disponível em: https://www.timeslive.co.za/news/business/2026-07-31-sa-will-work-through-us-g20-snub-says-kganyago/. Acesso em: 3 ago. 2026.

NEWS24. Germany pledges to champion South Africa's voice at the G20. News24, Politics, 2026. Disponível em: https://www.news24.com/politics/germany-pledges-to-champion-south-africas-voice-at-the-g20-20260724-0445. Acesso em: 3 ago. 2026.

G7: cibersegurança e desequilíbrios

G7: ciberseguridad y desequilibrios

G7: cybersecurity and imbalances

Resumo: Durante a quinzena de 20 de julho a 2 de agosto de 2026 temos o balanço do exercício de coordenação transfronteiriça do Grupo de Especialistas em Cibernética e três pontos de vista sobre os desequilíbrios globais e a subvalorização cambial chinesa.

Palavras-chave: G7; cibersegurança; desequilíbrios globais.

Resumen: *Durante la quincena del 20 de julio al 2 de agosto de 2026 tenemos el balance del ejercicio de coordinación transfronteriza del Grupo de Expertos en Ciberseguridad y tres puntos de vista sobre los desequilibrios globales y la subvaluación cambiaria china.*

Palabras clave: *G7; ciberseguridad; desequilibrios globales.*

Abstract: *During the fortnight of July 20 to August 2, 2026, we have the review of the Cyber Expert Group's cross-border coordination exercise and three points of view on global imbalances and China's currency undervaluation.*

Keywords: *G7; cybersecurity; global imbalances.*

A quinzena de 20 de julho a 2 de agosto foi das mais tranquilas para o G7 desde o início do ano: apenas dois desdobramentos dizem respeito diretamente ao grupo. O primeiro refere-se à divulgação do balanço de um exercício de cibersegurança e mostra o grupo coordenando-se onde o assunto é técnico; o outro é um texto publicado por Josh Banerjee, professor assistente de Economia e História Intelectual na Universidade do Texas em Austin, e pesquisador sênior do *Civitas Institute*, em que tece uma crítica à omissão de Évian sobre os desequilíbrios globais. Quanto a esse último, dois contrapontos são colocados.

O Grupo de Especialistas em Cibernética do G7 (CEG) concluiu, em 18 de maio, seu exercício de coordenação transfronteiriça de 2026, cujo balanço as autoridades financeiras do grupo divulgaram apenas no fim de julho (BANK OF CANADA, 2026; GOV.UK, 2026). O exercício simulou um ciberataque de larga escala em todas as jurisdições do G7 e reuniu ministérios das finanças, bancos centrais, supervisores bancários e autoridades de mercado, com o objetivo de testar a comunicação e a coordenação diante de um incidente cibernético transfronteiriço de grande porte no setor financeiro. Na esteira da edição de 2024, o grupo adotou uma estratégia de longo prazo destinada a aumentar a frequência e a regularidade dessas simulações. Como

resumiu o governador do Banco do Canadá, Tiff Macklem, tais exercícios permitem testar e alinhar a preparação em cibersegurança com parceiros nacionais e internacionais, elevando a resiliência individual e coletiva.

É onde o G7 consegue uma maior coordenação e não por acaso. A cibersegurança financeira é um domínio técnico, de baixa visibilidade em relação a outros tópicos, por enquanto, e isento de conflito distributivo: nenhum membro precisa conceder nada, nenhuma soberania é disputada e o ganho de um é o ganho de todos. O CEG opera no formato ampliado "G7+" de autoridades financeiras, e não de chefes de governo, acumulando resultados de modo incremental. É precisamente por nada exigir de politicamente custoso que a coordenação funciona. No entanto, é um clube fechado: o Brasil, que por exemplo foi parceiro do grupo na mesa de segurança do Caribe examinada no Informe 12, não tem espaço neste.

O segundo desdobramento é de outra natureza. Em ensaio de 30 de julho, Josh Banerjee sustenta que o traço mais revelador de Évian não foi o que os líderes trataram, mas o que evitaram: os desequilíbrios comerciais persistentes, impulsionados pelo superávit exportador chinês e por uma moeda cronicamente subvalorizada — o chamado "Choque China 2.0". O artigo argumenta esse superávit é impulsionado cada vez menos por brinquedos e têxteis e cada vez mais por indústrias de média e alta tecnologia, como veículos elétricos, baterias, robótica e painéis solares. Segundo Banerjee, a omissão do G7 é notável enquanto Macron declararava querer usar a presidência francesa para enfrentar justamente essa questão (PROMARKET, 2026). Nesse contexto, no Conselho Europeu posterior a Évian, o chanceler alemão Friedrich Merz classificou o yuan como subvalorizado em cerca de 30% e evocou um "novo Acordo de Plaza" (CHINA OBSERVERS, 2026). No entanto, como na maioria das frentes, o reconhecimento comum não se converteu em ação vinculante.

A força do argumento é institucional. O G7 nasceu, em boa medida, para administrar esse tipo de desequilíbrio. O Acordo de Plaza de 1985, em que as maiores economias coordenaram uma correção cambial, é o precedente. O ensaio observa que a origem do problema é dupla, combinando a subvalorização e o excesso de poupança na China com os déficits fiscais e a baixa poupança nos Estados Unidos, e adverte que a inação tende a alimentar o tipo de retaliação protecionista que os Estados Unidos têm adotado no que tange as tarifas. No entanto, em contrapartida, esse discurso é visto como uma narrativa adotada por políticos europeus para transferir à China a culpa por desafios econômicos que deveriam ser enfrentados por meio da modernização industrial, da abertura de mercado e da reforma institucional (GLOBAL TIMES, 2026). O Acordo de Plaza não seria, portanto, uma solução econômica, mas uma forma de pressão política.

Apoiando-se em relatório do McKinsey Global Institute, uma análise da Reuters argumenta que a vantagem chinesa é ampla demais para ser corrigida pela moeda: a China lidera em custo em sete de dez setores examinados, com custos equivalentes a cerca de 58% dos do concorrente mais próximo, e uma revalorização de 25% do yuan elevaria seus custos em apenas 14%, na média, reduzindo em um quarto sua dianteira. O grosso da diferença vem de energia e materiais baratos, de cadeias integradas, de licenciamento mais rápido e, sobretudo, de subsídios — que a OCDE estima terem sido de três a oito vezes superiores aos das economias ricas entre 2005 e 2024. A conclusão é que um novo Acordo de Plaza pouco faria para encerrar a guerra comercial, cabendo à política industrial, e não à diplomacia cambial, o papel de alavanca decisiva (REUTERS, 2026). O próprio Fundo Monetário Internacional condiciona qualquer

reequilíbrio duradouro a três movimentos simultâneos: mais consumo na China, menor déficit fiscal nos Estados Unidos e mais investimento na Europa.

Um outro contraponto sustenta que a competitividade chinesa decorre de um sistema industrial completo, do investimento tecnológico sustentado e da escala de mercado, e não de um câmbio "artificialmente manipulado", e que o Acordo de Plaza de 1985, longe de servir de modelo, mergulhou o Japão em suas "décadas perdidas" sem sequer corrigir o déficit norte-americano, cuja raiz estaria no par "alto consumo e baixa poupança" (GLOBAL TIMES, 2026). O contraponto passa o recado: a China "não é o Japão do passado" e não voltará a uma era em que as grandes potências coordenam o destino de terceiros. Postas lado a lado, as três leituras: o câmbio, para Banerjee; o custo, para a Reuters; e a recusa da própria moldura, para Pequim, explicam por que Évian silenciou: não há sequer diagnóstico compartilhado sobre a origem do desequilíbrio, quanto mais sobre a solução.

As duas faces invertem-se com precisão. O G7 coordena-se melhor onde as apostas são técnicas e consensuais, e pior onde são estruturais e distributivas; além disso, quão mais complexo politicamente é o tema, mais difícil exercer competência. Segundo o Global Times (2026), "em vez de pedir à China que desacelere, é melhor acelerar as próprias reformas; em vez de interpretar a concorrência de mercado como uma "ameaça", é mais eficaz reforçar a resiliência por meio da cooperação aberta." Ainda, o mundo não precisaria de um "novo Acordo de Plaza"; o que precisa é "de um novo consenso baseado no respeito mútuo, nas reformas de cada um e no desenvolvimento conjunto." (GLOBAL TIMES, 2026).

Por fim, ainda seguiremos acompanhando os seguintes marcos: o encerramento, em meados de agosto, da janela de 60 dias do acordo com o Irã; e a cúpula do G20 de dezembro, em Miami.

Referências

BANK OF CANADA. G7 2026 Cross-Border Coordination Exercise (CBCE). Ottawa: Bank of Canada, jul. 2026. Disponível em: <https://www.bankofcanada.ca/2026/07/g7-2026-cross-border-coordination-exercise-cbce/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

CHINA OBSERVERS. The G7 and European Council discuss China. Praga: Association for International Affairs (AMO), 22 jun. 2026. Disponível em: <https://chinaobservers.eu/the-g7-and-european-council-discuss-china/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

GLOBAL TIMES. The world does not need a new 'Plaza Accord'. Global Times, Pequim, 22 jun. 2026. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202606/1364067.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2026.

GOV.UK. G7 Cyber Expert Group 2026 Cross-Border Coordination Exercise (CBCE). Londres: HM Treasury, jul. 2026. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/g7-cyber-expert-group-2026-cross-border-coordination-exercise-cbce>. Acesso em: 2 ago. 2026.

PROMARKET. The G7 is failing to address global imbalances. Chicago: Stigler Center, University of Chicago Booth School of Business, 30 jul. 2026. Disponível em: <https://www.promarket.org/2026/07/30/the-g7-is-failing-to-address-global-imbalances/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

REUTERS. Yuan Plaza Accord would barely dent China's edge. The Business Times, Singapura, 30 jul. 2026. Disponível em: <https://www.businesstimes.com.sg/opinion-features/yuan-plaza-accord-would-barely-dent-chinas-edge>. Acesso em: 2 ago. 2026.

Tecnologia, participação política e educação: a quinzena da OCDE

Tecnología, participación política y educación: la quincena de la OCDE

Technology, Political Participation, and Education: The OECD Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre quatro publicações lançadas no período: um estudo sobre interoperabilidade no setor da saúde, outro sobre iniciativas-piloto em prol da participação política europeia, uma proposta de estrutura conceitual de mensuração da aprendizagem ao longo da vida e uma pesquisa sobre a adoção de inteligência artificial generativa em governos.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: Los aspectos más destacados de la OCDE se dividen entre cuatro publicaciones lanzadas durante este período: un estudio sobre la interoperabilidad en el sector de la salud, otro sobre iniciativas piloto para fomentar la participación política europea, una propuesta de estructura conceptual para medir el aprendizaje a lo largo de la vida y una investigación sobre la adopción de la inteligencia artificial generativa en los gobiernos.*

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include four publications released during this period: a study on interoperability in the health sector, another on pilot initiatives to promote European political participation, a proposal for a conceptual framework for measuring lifelong learning, and a study on the adoption of generative artificial intelligence in governments.*

***Keywords:** G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Durante a segunda quinzena do mês de julho de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prosseguiu a continuamente acrescentar variados títulos, recursos e documentos próprios em seu rico acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal fluxo de adições recentes, quatro interessantes estudos de assuntos variados são aqui brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado "Interoperability in healthcare: Towards an interconnected future", a primeira pesquisa a ser salientada no presente texto se dedica à temática da interoperabilidade no setor da saúde – em outras palavras, a capacidade dos sistemas de saúde e das partes interessadas de trocarem e utilizarem dados de forma segura – em um contexto de digitalização dos sistemas de saúde, buscando assim analisar as práticas internacionais de países participantes da OCDE para apoiar o uso e o compartilhamento de dados de maneira eficiente, equitativa e impactante. Baseando-se em diferentes tipos de métodos de pesquisa (entrevistas, *desk research*, *survey* e consultas com especialistas), o relatório destaca tanto as barreiras quanto as melhores práticas nos níveis de pessoas, políticas, processos e tecnologias. O estudo ainda revela as oportunidades de trocas de dados de saúde nos níveis local, regional, nacional e transfronteiriço, focando no engajamento das partes interessadas, no empoderamento individual, na governança global para orientar os esforços de interoperabilidade, na cooperação e na necessidade de fundamentos legislativos.

Já no relatório *"Citizen Participation for Better Cohesion Policy: Insights from 11 Pilot Initiatives"*, o fórum intergovernamental se preocupa em apresentar os resultados das onze iniciativas-piloto do projeto *"Innovative Implementation of the Partnership Principle in EU Cohesion Policy"* (Implementação Inovadora do Princípio da Parceria na Política de Coesão da União Europeia, em tradução livre), uma parceria entre a OCDE e a Direção-Geral da Política Regional (DG REGIO) da Comissão Europeia. Os projetos-piloto tiveram a participação de autoridades locais e organizações da sociedade civil de regiões e cidades em sete países da União Europeia: Bélgica, França, Itália, Polônia, Romênia, República Eslovaca e Espanha. A iniciativa procurou testar métodos participativos em contextos reais a fim de compreender o que funciona em distintos contextos de governança e políticas públicas, além de identificar as condições necessárias para integrar uma participação cidadã significativa no ciclo da Política de Coesão – principal instrumento de investimento do bloco europeu para reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões, apoiar o crescimento sustentável e fortalecer a solidariedade europeia.

Em paralelo, no relatório denominado *"A Conceptual Foundation for the Development of a Lifelong Learning Measurement Framework"*, a organização propõe uma estrutura conceitual para a mensuração da aprendizagem ao longo da vida, visando aprimorar o planejamento e a avaliação de políticas públicas relacionadas à área. Assim, o estudo identifica limitações relevantes nos sistemas de dados atuais, incluindo a cobertura etária restrita, a falta de acompanhamento longitudinal, a ênfase excessiva em resultados no mercado de trabalho e a mensuração insuficiente da aprendizagem informal.

Para suprir tais lacunas, a estrutura sugerida é organizada em torno de três pilares interconectados: demanda, oferta e coordenação. A demanda abrange as necessidades de aprendizagem nos níveis individual, organizacional e social; a oferta mapeia as oportunidades na educação formal, nos locais de trabalho, nos sistemas de proteção social e nas comunidades; e a coordenação concentra-se em mecanismos que alinham as necessidades à oferta. A estrutura proposta também redefine a noção de aprendizagem ao introduzir um modelo bidimensional baseado na formalização e na digitalização, que captura melhor as formas híbridas e emergentes.

Desse modo, o relatório orienta e delineia etapas práticas para a implementação de suas ideias, incluindo o aprimoramento de pesquisas, o cruzamento de Lelong dados longitudinais, a integração de dados administrativos, passaportes de competências e análises avançadas de dados, visando apoiar sistemas de aprendizagem ao longo da vida de maneiras mais abrangentes e eficazes.

Por fim, o quarto e último estudo a ser aqui destacado é o artigo *"Generative AI experimentation in government: Learning from emerging guidelines"*. Nele, a OCDE aborda sobre o avanço da adoção dos servidores públicos da inteligência artificial generativa e a crescente lacuna entre tal adesão rápida e descentralizada da inteligência artificial generativa e os mecanismos de governança pública, que possuem ritmos mais lentos. O foco principal da pesquisa recai, então, sobre a experimentação estruturada como um caminho fundamental para que governos e seus funcionários desenvolvam capacidades, gerenciem riscos e assegurem uma adoção responsável antes de sua implementação em larga escala.

Com base em uma revisão sistemática de diretrizes oficiais em quatorze países, literatura acadêmica e estudos de caso, o artigo examina como as jurisdições traduzem

princípios éticos de alto nível em práticas operacionais. Os resultados revelam que, embora as diretrizes sejam amplamente difundidas, elas permanecem fortemente fragmentadas e desiguais, gerando aversão ao risco ou a práticas inconsistentes. Ademais, o monitoramento e a avaliação são identificados como pontos fracos críticos, com poucos governos mensurando sistematicamente o desempenho, o impacto ou a conformidade. Para preencher a brecha entre as estratégias nacionais e a administração pública cotidiana, o texto recomenda uma estrutura de avaliação baseada em cinco áreas principais: desempenho, valor público, viabilidade, usabilidade e gestão de risco.

Referências

OECD. Interoperability in healthcare: Towards an interconnected future. OECD Health Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31];197. Available from: https://doi.org/10.1787/eb71b7be-en.

OECD. Citizen Participation for Better Cohesion Policy: Insights from 11 Pilot Initiatives. OECD Public Governance Reviews [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://doi.org/10.1787/6b66cff6-en.

OECD. A Conceptual Foundation for the Development of a Lifelong Learning Measurement Framework. Educational Research and Innovation [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31]. Available from: https://doi.org/10.1787/27e5a619-en.

OECD. Generative AI experimentation in government: Learning from emerging guidelines. OECD Working Papers on Public Governance [Internet}. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 31];93. Available from: https://doi.org/10.1787/42815683-en